

Orçamento de Cz\$ 8 tri vai em junho ao Congresso

O presidente José Sarney aprovou, ontem, uma série de cortes nas dotações do Orçamento Geral da União para 88, atingindo as despesas da Rubrica "outros custeios e capital" (inclui desde gastos com água, luz, telefone até projetos de investimentos), para todos os ministérios e órgãos da administração direta. Ele aprovou, também, a revisão do Orçamento, fixando seu novo valor em Cz\$ 8,025 trilhões, a preços de junho próximo, mas a Lei de Excesso (como é denominado o processo de revisão) só irá ao Congresso no começo de junho, uma vez que os ministérios têm prazo até o próximo dia 31 para apresentar à Secretaria de Planejamento (Seplan) suas novas programações de gastos, observados os cortes determinados por Sarney, que atingem Cz\$ 367,8 bilhões.

As medidas foram anunciadas ontem, durante entrevista coletiva, pelos ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Os ministros ressaltaram que a revisão orçamentária e os cortes nas despesas dos ministérios e órgãos coligados completam o conjunto de medidas com que o Governo espera ver reduzido a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) o déficit público deste ano, meta que fará parte do acordo com o Fundo Monetário Internacional. Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, outras medidas mencionadas no Programa de Ajuste e Modernização da Economia — 88/89, recém-divulgado — como privatização, desregulamentação da economia, revisão no crédito rural, entre outras — "serão implementadas aos poucos, ao longo dos próximos dois anos".

Limites

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, informou que os cortes nos recursos orçamentários dos ministérios e órgãos da administração federal terão de obedecer aos seguintes limites definidos pela Seplan: aquelas unidades (ministérios, órgãos ou autarquias federais cuja dotação para despesas de "outros custeios e capital" seja superior a Cz\$ 9 bilhões terão um corte de 19,4% em seus recursos, enquanto as que se situam abaixo desse limite, terão cortes de 11,95%.

Conforme informações do titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) da Seplan, José Ribas Neto, que também participou da entrevista coletiva, o limite inferior de corte (11,95%) atingirá ministérios como os do Trabalho, Cultura, Justiça e Previdência Social (não incluindo o sistema previdenciário estatal), além dos poderes Legislativo e Judiciário, que também entram no Orçamento Geral da União.

O teto para os cortes, de 19,4%, segundo Ribas, atingirá

que movimentam grandes orçamentos, como a própria Seplan, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Educação. Acrescentou que foram preservados apenas os programas sociais, como a distribuição do leite pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), bem como os recursos para bolsas de estudos, fato que suaviza o corte nos orçamentos do Ministério da Educação e Ciência e Tecnologia, por exemplo.

Leite

Programas prioritários do Governo, como o do leite para crianças carentes e o seguro-desemprego, terão tratamento diferenciado, informou o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu: o seguro-desemprego, segundo o secretário do Orçamento e Finanças, José Ribas, tinha uma dotação de cerca de Cz\$ 3,5 bilhões, e receberá mais Cz\$ 11 bilhões (segundo estimativa considerada conservadora no Ministério do Trabalho, seriam necessários Cz\$ 17 bilhões este ano para o seguro). "O programa do leite terá suas dotações reforçadas", garantiu Abreu.

Ribas informou que as verbas para o programa do leite passarão, em termos nominais, de Cz\$ 42 bilhões para Cz\$ 70 bilhões, um reajuste de 74,13%, ligeiramente inferior ao que foi aplicado ao orçamento total, que foi reajustado em 76,57%, e fixado em Cz\$ 8,25 trilhões. O secretário-geral da Seplan, Ricardo Santiago, informou que o programa do leite não será expandido, mas a Seplan "manteve as dotações de acordo com as metas físicas de distribuição previstas pela Secretaria de Ação Comunitária", de atendimento a 6 milhões de crianças, com um litro de leite ao dia. Segundo Ribas, as dotações para o programa do leite, ao contrário de outros itens do orçamento estão congeladas em Cz\$

70 bilhões, o que significa que, se o preço do leite ultrapassar as previsões da Seac, o programa poderá sofrer cortes.

As bolsas de estudo serão preservadas dos cortes, garantiu o ministro do Planejamento, que não quis revelar quais as dotações do orçamento para cada item de despesa, nem discriminar o orçamento por fonte de receita e por ministérios.

Os cortes

Os cortes nos orçamentos dos ministérios mais o congelamento dos chamados encargos gerais da União (EGU), rubrica onde se incluem até recursos a fundo perdido, permitirão ao Governo uma redução do déficit público equivalente a 0,75% do Produto Interno Bruto (PIB) segundo o ministro do Planejamento. Somando essa economia à que se pretende obter com a já anunciada extinção do subsídio à comercialização do trigo, o Governo calcula uma redução do déficit em 0,9% do PIB, praticamente o mesmo montante obtido com o congelamento, por dois meses, da Unidade de Referência de Preços (URP) para os trabalhadores do setor público.

Segundo o ministro João Batista de Abreu, em valores absolutos de hoje, isso significa uma economia de Cz\$ 367,8 bilhões, considerando uma projeção do Produto Interno Bruto (PIB) de Cz\$ 49 trilhões em valores de junho (mês o qual foi atualizado o valor do novo orçamento). A estimativa de um PIB de Cz\$ 72 trilhões é em valores previsíveis de dezembro de 88. Do total de Cz\$ 367,8 bilhões cortados do novo Orçamento, segundo ele, Cz\$ 192,5 bilhões seriam a contribuição proveniente do congelamento dos encargos gerais da União (EGU) e Cz\$ 175,3 bilhões dos cortes propriamente ditos dentro da rubrica "outras despesas de custeio e capital".